Política.

Alvo da Lava Jato se defende

Em petição encaminhada ao juiz Sérgio Moro, a defesa de Bernardo Freiburghaus alega que ele "não é operador de nada, nem de ninguém". Freiburghaus é apontado pela Lava Jato como operador de propinas da Odebrecht na Suíça.

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redegazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica
@agazetapolitica

FARRA COM DINHEIRO PÚBLICO NAS CÂMARAS

Serra pagou R$ 32 mil com jardinagem, mas... não tem jardim

VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redegazeta.com.br

As despesas dos vereadores de Vila Velha, em 2008, com cerveja, absorvente, pipoca e linguiça – e com prestações de contas duvidosas –, apuradas pelo Tribunal de Contas (TCES), causaram perplexidade. Mas a destinação "excêntrica" às verbas públicas não é exclusividade do Legislativo canela-verde.

É o caso da Serra, por exemplo. Em 2009, a Câmara contratou uma empresa por R$ 32,7 mil para o serviço de jardinagem. Os auditores do tribunal foram até lá e descobriram um detalhe importante: a Câmara não tinha jardim.

O presidente da Casa à época, vereador Cézar Nunes (PDT), disse no processo que os auditores só não viram o jardim porque o prédio estava em reforma. "As plantas da Câmara não demandam cuidado diário, em 8h por dia, de jardineiro profissional, cujos serviços custavam R$ 2.730 mensais", destaca a instrução técnica dos auditores.

O caso aguarda julgamento no TCES e já tem parecer da área técnica e do Ministério Público de Contas. Ao todo, foram elencadas 30 irregularidades, entre excesso de comissionados e contratação irregular de publicidade. O MP de Contas requer a devolução de cerca de R$ 9 milhões.

JULGAMENTO

"Mais cedo ou mais tarde serão alcançados pelo julgamento nas urnas ou pelos órgãos de controle"

LUIS ANASTÁCIO
PROCURADOR DE CONTAS

Cézar não foi encontrado ontem no gabinete e não atendeu aos telefonemas.

As diárias distribuídas a vereadores e assessores nas Câmaras do interior também são problema. Segundo parecer do MP de Contas, o Legislativo de Governador Lindenberg gastou, em 2010, R$ 981,8 mil. Apenas com diárias e inscrições em cursos Brasil a fora foram R$ 231,1 mil, o equivalente a 23% da despesa total.

O ex-presidente da Câmara Genivaldo Piona (PSDB) disse não estar tranquilo. "Tem muito vereador aqui, são nove. O Tribunal de Contas nem julgou ainda. Vai fazer matéria para quê?", disse. O MP de Contas recomenda condenação de Piona e de outros vereadores à devolução do dinheiro.

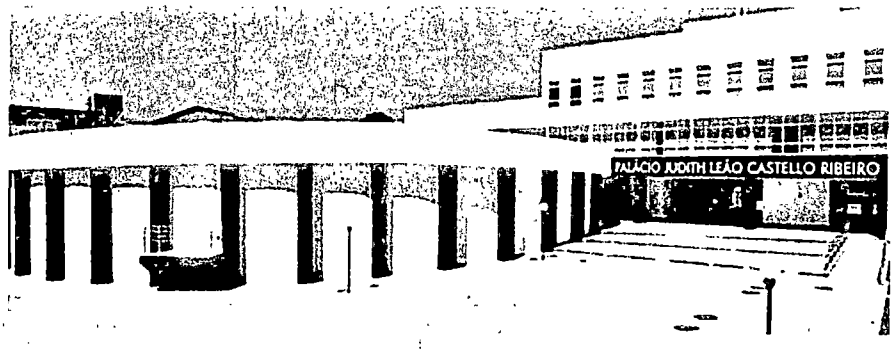
Em Rio Bananal, também houve gastos suspeitos. Em 2008, segundo parecer do MP de Contas, a Câmara gastou R$ 110,6 mil indevidamente com diárias e cursos. O processo também aguarda julgamento.

Na época, a Câmara era presidida por Ademir Laurete (PMDB). Ele conta que todos os 13 vereadores viajaram para cursos na gestão dele. "Não tem nenhuma lei que coloca limite em gasto com diária. Comparado com outras Câmaras do Norte, gastamos a metade."

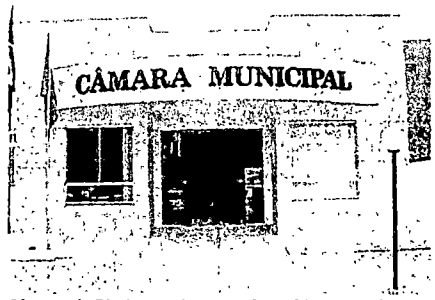
O procurador-geral do MP de Contas, Luis Henrique Anastácio, sugere: "Se quiserem se qualificar têm cursos à disposição, inclusive no TCES, e não precisam viajar para paraísos distantes gastando recursos com hotéis, deslocamento e afastamento do trabalho", afirmou.

Jardineiro sem motivo

Ao ser questionada pelo TCES sobre a ausência de jardim, a Câmara da Serra apresentou fotos que o comprovariam. "A árvore constante das fotos (...) está situada no terreno vizinho, não no da Câmara", destacaram auditores.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



Câmara de Rio Bananal: gastos indevidos com viagens

▾ Parecer
Análise das contas referentes a 2009 encontrou 30 irregularidades na gestão do vereador Cézar Nunes (PDT). O Ministério Público de Contas, em dezembro de 2014, sugeriu a devolução de R$ 9 milhões aos cofres públicos.

▾ Problemas
Entre as irregularidades estão excesso de comissionados e estagiários, despesas sem interesse público, ausência de controle de ponto e prorrogação irregular de contrato.

▾ Parecer
O MP de Contas quer que os vereadores do exercício de 2010 devolvam os valores recebidos como pagamento de diárias e inscrições para cursos.

▾ Números
Segundo a investigação, em 2010, a despesa da Câmara foi de R$ 981,8 mil. Do total, 23,5% correspondeu a gastos com diárias e participação em cursos e congressos.

▾ Viajados
Os pagamentos de salários corresponderam a R$ 321,4 mil. As diárias, R$ 199,2 mil (61,9%). Houve casos em que os valores referentes a diárias corresponderam a 86% da remuneração do vereador.

▾ Análise
Em parecer de janeiro de 2014, o MP de Contas entendeu que os vereadores receberam diárias indevidamente, para viagens dentro e fora do Estado.

▾ Devolver
Entre diárias para vereadores e servidores e verbas usadas para inscrição em cursos, o MP quer a devolução de R$ 110,6 mil.

▾ Reincidência
Além do episódio das verbas de gabinete usadas para cerveja, absorvente, pipoca e – muita – gasolina, os vereadores já protagonizaram outros escândalos.

▾ Extras
Foram denunciadas, nos exercícios de 2007 e 2008, pagamentos ilegais de remunerações, gratificações e rescisões a comissionados. Vereadores poderão ter de devolver cerca de R$ 5,7 milhões.

CONTINUA pág. 20

APÓS FISCALIZAÇÃO

Minério de ferro na areia de Camburi, no final da praia, próximo ao Porto de Tubarão

VITOR JUBI...

Vale será multada por poluir o mar com minério de ferro

Vistorias da CPI do Pó Preto de Vitória e exames da água do mar comprovaram poluição

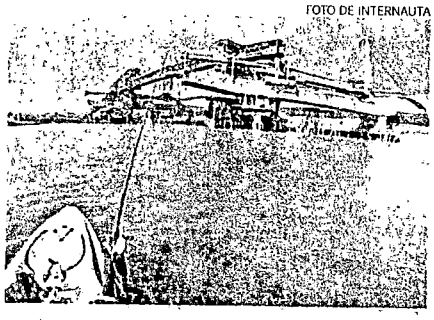
VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

Após a constatação de que houve poluição por minério de ferro e carvão no mar, em local próximo ao Porto de Tubarão, em Camburi, Vitória, o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) decidiu multar a empresa Vale. O valor será definido em função dos danos causados ao meio ambiente nos próximos dias.

Em 2011 a empresa já havia sido multada pelo Iema, em R$ 3 milhões, por poluir o mar com minério.

O problema agora foi constatado em duas vistorias realizadas por um técnico da Secretaria de Meio Ambiente da Capital (Semmam). Ele acompanhou três vereadores membros da CPI do Pó Preto da Câmara Municipal. O objetivo era verificar fontes de poluição provenientes do carregamento de minério e descarregamento de carvão no porto da empresa.

FOTO DE INTERNAUTA



No dia 22 do mês passado, o internauta Marcelo Xavier flagrou minério vazando de uma esteira e caindo no mar, no Porto de Tubarão. Manchas escuras foram registradas na água.

E foi o que constataram, segundo relatório preliminar da Semmam. Além do que observaram em terra e no mar, registrado em fotos, foram coletadas amostras de água em cinco pontos.

Elas identificaram a presença de plumas - manchas - no mar em regiões próximas ao entorno do carregamento de minério de ferro e na de descarregamento de carvão.

Também foi constatado acúmulo de minério em várias estruturas próximas as correias transportadoras e em suas plataformas de sustentação. "Tornando evidente o carreamento desse material para o mar, sobre ação do vento, flagrado e registrado no momento da vistoria", diz o texto do relatório preliminar.

As amostras de água coletada foram examinadas pelo Laboratório de Análises de Petróleo (LabPetro) da Ufes. O resultado confirmou a presença de minério na água. Os documentos estão sendo analisados pela Semmam, que encaminhou cópia para o Iema.

CÁLCULO

Por intermédio de nota o instituto informou que fez uma parceria com a Semmam para que compartilhassem o resultado da amostra colhida no Porto de Tubarão. A análise constatou a presença de minério de ferro no mar, e servirá de base para o cálculo da multa em função dos danos ao meio ambiente.

A mesma nota destaca ainda que o Iema vem realizando, desde janeiro, vistorias semanais na Ponta de Tubarão, em conjunto com a Prefeitura de Vitória, exigindo intensificação das medidas de controle, quando necessário.

OUTRAS

A Vale já tinha sido notificada no último mês pela Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, após outra denúncia registrada em vídeo em que o mesmo tipo de poluição havia sido constatada na região do porto.

Segundo o subsecretário Paulo Barbosa, a empresa admitiu que teve problemas com as correias que transportam o minério e garantiu que faria a limpeza do material acumulado. "Mas se constatou, nas novas vistorias, outro acúmulo de minério", relatou.

Enquanto analisa a extensão do dano causado, a prefeitura, segundo Barbosa, decidiu intensificar as fiscalizações já a partir da próxima segunda-feira.

Vale: "Adequações foram feitas"

Por intermédio de sua assessoria de imprensa, a empresa Vale informou que recebe inspeções periódicas da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) e que, quando são identificadas necessidades de melhorias em algum ponto ou atividade, o pedido é feito e a empresa realiza todas as adequações.
Em relação às vistorias feitas pelos vereadores da Capital e que participam da CPI do Pó, na companhia de um técnico da Semmam, a Vale informa que não recebeu nenhuma notificação, nem dos parlamentares ou mesmo da secretaria.

Volume da poluição surpreende vereador

Duas situações surpreenderam o vereador Davi Esmael, que preside a CPI do Pó Preto da Câmara de Vitória: o volume de minério que cai no mar ou é espalhado pelo vento e a falta de um acompanhamento mais próximo por parte dos órgãos ambientais.

Ele participou das vistorias realizadas na Ponta de Tubarão, em Camburi, que constatou que a empresa Vale poluiu o mar com minério. "Uma poluição que todos os moradores da Capital e da Grande Vitória sabem que existe", disse

Segundo o parlamentar, a vistoria comprovou ainda que "não está tudo bem". "O que detectamos são irregularidades inaceitáveis que comprovam que a empresa não está cumprindo os termos de ajustamento como afirmam os órgãos ambientais", assinalou Esmael.

E as wind fences - cercas eletrônicas para o minério -, segundo o vereador, estão bem distantes da área onde constataram a poluição. "De nada adiantam", pontuou.

Para o presidente da ONG Juntos SOS Espírito Santo Ambiental e membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Eraylton Moreschi, a vistoria constatou uma situação "antiga". "Basta olhar a areias da Praia de Camburi, lotadas de minério".

Moreschi ressalta ainda que este tipo de poluição tem sido uma constante. "E a Prefeitura de Vitória, não vai multar a empresa? E as multas anteriores, foram pagas?", questiona.

Deputados concluem CPI do Pó Preto

Na Assembleia Legislativa os deputados preparam o relatório de sua final da CPI do Pó Preto. As investigações começaram em fevereiro deste ano e foram ouvidos depoimentos de mais de 50 pessoas, de diversos segmentos, incluindo representantes da Vale, ArcelorMittal e Samarco.

Nas audiência públicas realizadas em vários municípios foi pedida a criação de uma legislação ambiental mais restritiva em relação às emissões de pó preto, a fiscalização efetiva dos órgãos que tratam da questão ambiental e o pagamento do passivo ambiental pelas empresas.